

GÊNERO E SEXUALIDADE: INTERFACES ENTRE AS DIRETRIZES CURRICULARES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Dianise Mello Barbosa¹
Bianca Salazar Guizzo²

RESUMO

Este artigo é oriundo da pesquisa “Lugares e sentidos das ações pedagógicas relacionadas às diversidades de gênero e sexualidade na educação básica” que vem sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Tal projeto tem como propósito verificar e problematizar sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas nos âmbitos educacionais a fim de colocar em prática o que se propõe em documentos oficiais brasileiros. Com base nos Estudos Culturais e nos Estudos de Gênero, nesse trabalho, especificamente, tem-se como principais objetivos: identificar o que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dizem sobre gênero e sexualidade, verificar se as escolas estão trabalhando com estas temáticas em sala de aula e analisar como a escola controla as condutas de meninos e meninas. Os resultados apontaram que as DCN colocam que a escola deve tratar das questões de gênero e dos diferentes tipos de orientação sexual a fim de problematizar as diversidades que compõe nossa vida social e dar maior visibilidade às minorias buscando amenizar as desigualdades. Além disso, verificou-se que as temáticas de gênero e sexualidade vêm sendo trabalhadas de maneira crescente nas escolas, porém – ainda – somente a partir de um viés biológico e biomédico.

Palavras-chave: Gênero, sexualidade, escola, Diretrizes Curriculares Nacionais.

ABSTRACT

This paper comes from the research ‘*Sites and meanings of teaching acts concerning diversity in gender and sexuality in the basic education*’ that has been developed in the Postgraduate Programme in Education (PPGEDU) at the Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). This projects aims at checking and problematising teaching practices in the sphere of education to put into practice what is proposed in Brazilian official documents. Based on the Cultural Studies and Gender Studies here we aim to: identify what National Curriculum Guides (DCN) tell about gender and sexuality; check whether schools are working on these subjects in the classroom; and analyse how the school controls boys’ and girls’ behaviours. Results have shown that the school should address issues of gender and different kinds of sexual orientation to problematise diversities in our social life and give more visibility to minorities, thus smoothing inequalities. In addition, we have seen that schools the increasingly worked on gender and sexuality, but still from a biological or biomedical perspective.

Keywords: Gender, sexuality, school, National Curriculum Guides.

¹ Acadêmica do curso de Licenciatura em Dança/ULBRA e Bolsista de Iniciação Científica PROBIC/FAPERGS

² Professora - Orientadora do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação/ULBRA (bguizzo_1@hotmail.com)

INTRODUÇÃO

Este artigo é oriundo da pesquisa “Lugares e sentidos das ações pedagógicas relacionadas às diversidades de gênero e sexualidade na educação básica” que vem sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Além disso, cabe mencionar que é resultado do trabalho de iniciação científica cujo título é “O que as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica dizem sobre as questões de gênero e sexualidade?”, que foi apresentado no Salão de Iniciação Científica da referida Universidade.

Os principais objetivos desse trabalho são: identificar o que as Diretrizes Curriculares Nacionais dizem sobre gênero e sexualidade; verificar se as escolas estão trabalhando com estas temáticas em sala de aula e analisar como a escola controla as condutas de meninos e meninas.

Para tentar alcançar os referidos objetivos alguns procedimentos investigativos foram utilizados. Inicialmente foi feita uma leitura atenta ao que está expresso nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica (BRASIL, 2010) cujo propósito foi observar o que esse documento diz respeito às questões de gênero e sexualidade. Além disso, foram realizadas observações em escolas públicas, bem como entrevistas com profissionais que nelas atuam com o intuito de verificar a forma como tal documento vem sendo utilizado, ou não, nessas instituições.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com dois professores, atuantes no Ensino Fundamental, da rede estadual de ensino da cidade de Porto Alegre e com duas professoras de Educação Infantil pertencentes à rede estadual de ensino de Triunfo. As observações, até o momento, foram feitas somente em turmas do ensino fundamental que atendem os seguintes anos: 1º, 2º, 6º e 7º³.

Nesse artigo, especificamente, procuraremos problematizar os resultados decorrentes dos objetivos relativos ao trabalho supracitado. Para essa problematização utilizaremos como fundamentação teórica o campo dos Estudos Culturais e dos Estudos de Gênero, especialmente aqueles que se vinculam à abordagem pós-estruturalista de análise.

DELINEANDO CONCEITOS

Antes de determo-nos a discutir os resultados desse trabalho, é importante conceituar o que entendemos por alguns conceitos centrais para essa discussão, quais sejam: gênero e sexualidade. De acordo com Guacira Louro (2007), gênero foi um conceito desenvolvido para contestar a naturalização das diferenças sexuais em diversos espaços de disputa, enquanto sexualidade é a forma como as pessoas expressam seus desejos e prazeres na relação com os outros indivíduos e com seu próprio corpo. O conceito de gênero não se restringe apenas aos papéis assumidos por homens e mulheres na sociedade, mas diz

³ O projeto de pesquisa do qual decorre esse artigo foi submetido ao e aprovado pelo Comitê de Ética da ULBRA. As observações e as entrevistas realizadas foram desenvolvidas com autorização dos sujeitos envolvidos.

respeito às relações de poder que estão implicadas entre masculino e feminino. Nessa mesma direção, Dagmar Meyer (2003, p. 15) afirma que:

[...] com o conceito de gênero pretendia-se romper a equação na qual a colagem de um determinado gênero a um sexo anatômico que lhe seria “naturalmente” correspondente resultava em diferenças inatas e essenciais, para argumentar que diferenças e desigualdades entre mulheres e homens eram social e culturalmente construídas e não biologicamente determinadas (destaques da autora).

Seguindo com a citação da autora podemos dizer que as desigualdades e diferenças entre homens e mulheres explicavam-se pelas características biológicas, ou seja, estavam coladas a um sexo anatômico. O conceito de gênero, em contrapartida, procurou romper com esse entendimento. Começaram a argumentar sobre como essas diferenças eram construídas culturalmente. Tudo isso faz parte de um processo de hierarquização através de práticas e crenças das distintas sociedades, que ao longo do tempo vem classificando e separando homens e mulheres desigualmente. Sobre isso a autora Guacira Louro (2007, p. 207) enfatiza:

Ainda que a maioria das sociedades tenha estabelecido, ao longo dos séculos, a divisão masculino/feminino como uma divisão fundamental e tenha compreendido tal divisão como relacionadas ao corpo, não se segue daí, necessariamente, a conclusão de que identidades de gênero e sexuais sejam tomadas da mesma forma em qualquer cultura.

Apesar de ao longo dos tempos a sociedade ter considerado que as diferenças entre homens e mulheres davam-se fundamentalmente em função das diferenças corporais, as diversas culturas foram transformando tanto essa ideia, como a relação masculino/feminino de acordo com suas práticas sociais, políticas e principalmente através das crenças religiosas predominantes em cada lugar. Em alguns países a figura do homem é colocada sempre em primeiro plano, enquanto a mulher existe apenas para satisfazer os prazeres do parceiro e cuidar dos filhos. Enquanto em outras regiões do mundo as mulheres vêm ocupando espaços que antes eram predominantemente masculinos no mercado de trabalho e nas relações familiares.

A partir dessas considerações é possível afirmar que as diferenças entre homens e mulheres não são apenas determinadas pela biologia, mas são construções culturais e sociais. Os modos de se comportar, as condutas e os papéis assumidos são moldados pela sociedade e pela cultura. Homens e mulheres aprendem a ser femininos ou masculinos em diferentes espaços: na escola, na família e na mídia, por exemplo. Desde o momento da gestação em que os pais ficam sabendo o sexo do bebê já iniciam um investimento para conduzir a criança para um padrão de masculinidade ou de feminilidade ditos como normais pela sociedade. E a escola mais adiante também assume esse papel ao ensinar as crianças como serem homens e/ou mulheres. Muitos professores assumem esse discurso demarcando as diferenças entre

meninos e meninas em suas práticas pedagógicas. É possível perceber a demarcação dessas diferenças quando, por exemplo, professores ensinam, mostram, definem e reiteram quais brinquedos devem ser utilizados por meninos e/ou por meninas.

Com relação à sexualidade, cabe mencionar que ela é vista na escola como algo natural que faz parte da essência do ser humano, definida quando ele nasce homem ou mulher e está predestinado a relacionar-se com alguém do sexo oposto. Como já afirmado, a sexualidade se expressa através do nosso corpo e da relação com nossas imaginações, desejos, fantasias, símbolos e padrões culturais. Ou seja, ela se desenvolve ao longo de nossa vida de acordo com as relações que estabelecemos com as outras pessoas e nosso próprio corpo, a sexualidade é provisória e está sempre em construção. E o sexo de nascimento não determina a opção sexual de cada sujeito, pois o mesmo poderá sentir atração por pessoas do mesmo sexo ou do sexo oposto. A escola ao reiterar a relação heterossexual como a única opção saudável de se viver a sexualidade, torna as outras formas de vivê-la como anormais. Em consequência disso, os alunos que não se encaixam nesse padrão de normalidade acabam sofrendo em função de atos discriminatórios e preconceituosos dos quais são alvo.

RESULTADOS PRELIMINARES

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais está descrito um conjunto de definições, fundamentos e procedimentos a ser articulado na educação básica. Neste documento oficial consta que a escola deve tratar das questões de gênero e dos diferentes tipos de orientação sexual a fim de problematizar as diversidades que compõe nossa vida social e dar maior visibilidade às minorias buscando amenizar as desigualdades. A partir de um estudo mais atento sobre o que consta nas Diretrizes a respeito das questões de gênero e sexualidade constatou-se que este tema aparece explicitamente poucas vezes no documento. A palavra sexualidade não está descrita em nenhum momento, o que aparecem são outras expressões, tais como “diferentes orientações sexuais”. O termo “gênero” aparece apenas duas vezes, e não traz entendimento algum para as escolas que irão fazer uso do documento sobre o que propõe este conceito.

O documento sugere que se trabalhe com as diferenças de um modo amplo, mas não especifica referidas questões.

Exige-se, pois, problematizar o desenho organizacional da instituição escolar, que não tem conseguido responder às singularidades dos sujeitos que a compõem. Torna-se inadiável trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos. (BRASIL, 2010, p.10)

Em muitos trechos do documento descreve-se que a escola precisa dar conta dos grupos historicamente excluídos, dando maior visibilidade para estes grupos, trazendo-os para os debates em sala de aula. Fica subentendido que tais debates serviriam para diminuir o preconceito racial,

religioso, de gênero e de orientação sexual. Porém, o documento não menciona possibilidades de como as escolas poderiam inserir essas temáticas nos seus planejamentos.

Nas entrevistas que foram realizadas, a maioria dos professores afirma que trabalha com os temas de gênero e de sexualidade a partir de projetos interdisciplinares que surgem das curiosidades dos alunos. Na educação infantil, as professoras relatam que as crianças chegam numa fase em que começam a descobrir seus corpos e ficam curiosas para conhecerem os corpos das outras crianças também. Muitos começam a tocar-se e espiam os coleguinhas no banheiro, percebendo as diferenças. Então as professoras planejam aulas em que levam figuras, livros, filmes infantis e diversos recursos para mostrar aos alunos as diferenças anatômicas entre o corpo do homem e da mulher. Com essa colocação, é possível observar que o trabalho referente a essas questões é pautado quase que exclusivamente pelo viés biológico.

As turmas das séries finais do ensino fundamental têm acesso a essas temáticas geralmente nas aulas de biologia quando começam a estudar sobre a reprodução e as doenças sexualmente transmissíveis. Ou seja, os alunos passam a ter uma visão desta temática apenas do ponto de vista biológico e biomédico. A sexualidade não é abordada para os alunos como prática que traz satisfação, geralmente é passada a ideia de que o sexo serve apenas para a reprodução. Dagmar Meyer e Rosângela Soares (2013, p. 8) argumentam que as práticas pedagógicas deveriam ir além disso que vimos mencionando, ou seja,

“[...] em vez de entender o corpo como um ente biológico conhecível e descritível, objeto das aulas de ciências, de biologia ou anatomia, ele [deveria ser] assumido como algo que se constrói no cruzamento entre o que aprendemos a definir como natureza (ou biologia) e como cultura ou, dito de outro modo, na interseção entre aquilo que herdamos geneticamente e aquilo que aprendemos quando nos tornamos sujeitos de uma determinada cultura.

A escola continua ensinando apenas as características anatômicas dos corpos aos alunos. Assim, ela acaba esgotando ou, até mesmo, inibindo as possibilidades de reflexão e questionamento a cerca do que pensamos sobre o corpo e sobre o que vivenciamos através dele. Muito menos se fala dentro da escola nas diversas formas de exercer a sexualidade nas relações homossexuais, bissexuais e etc. A heterossexualidade é colocada como a única forma de relacionar-se com o outro, tornando proibidas e anormais os outros modos de relacionamentos⁴.

Também existe dentro dos espaços educativos uma vigilância das condutas de meninas e principalmente de meninos. A partir de visões pautadas nas diferenças anatômicas, professores direcionam os alunos para a construção de um comportamento aceito pela

⁴Alguns autores conceituam essa questão da reiteração da heterossexualidade vista como a única possibilidade de viver a sexualidade de forma “normal” de heteronormatividade. Conceito esse que vem sendo usado para referir-se a situações nas quais orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas. Isto faz com que haja um entendimento fortemente propagado de que os sujeitos podem incluir-se exclusivamente em duas categorias distintas e complementares: masculino e feminino. Entretanto, a partir da perspectiva adotada nesse trabalho, entre essas duas categorias pode haver infinitas possibilidades de se viver tanto as identidades de gênero, como as sexuais.

sociedade como sendo próprio para homens e mulheres. Essa atitude dos professores mesmo que não intencional acaba afirmando as desigualdades de gênero e sexualidade dentro da escola. A respeito da importância que a escola tem na construção das identidades dos sujeitos e na demarcação das diferenças, Meyer e Soares (2013, p. 8) afirma que:

Desde sua constituição, a escola é marcada por diferenças e está implicada, também, com a produção dessas diferenças. Embora não seja possível atribuir a ela toda a responsabilidade pela construção das identidades sociais, ela continua sendo para crianças e jovens um local importante de vivências cotidianas específicas e, ao mesmo tempo, plurais.

Nessa mesma direção, Fernando Álvarez-Uría e Julia Varela (2009) afirmam que a escola não produz as desigualdades (sejam elas de raça, classe social ou de gênero, por exemplo), mas legitima-as na medida em que ela reitera no seu interior normas postas em circulação na sociedade. Essa reiteração se dá a partir dos comportamentos e falas de todos aqueles que por ela circulam, ou seja, professores, gestores, funcionários, alunos, responsáveis, entre outros. É importante lembrar que quando falamos em normas, falamos em regras arbitrárias estabelecidas dentro de determinadas culturas, ou seja, elas não são dadas naturalmente, mas são construídas dependendo de inúmeros atravessamentos históricos, sociais e culturais. Segundo Lopes (2009, p. 159) elas “[...] age[m] na homogeneização das pessoas; ela[s] age[m] na definição de um modelo geral prévio frente ao qual todos devem ser referidos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, é importante ressaltar que, na medida em que a escola ainda é uma das mais importantes instâncias implicada na produção das diferenças e no combate às desigualdades, torna-se cada vez mais necessário tratar das temáticas de gênero e sexualidade em momentos de discussão e reflexão que não se restrinjam aos aspectos biológicos. Desse modo a escola estaria dando conta daquilo que se convencionou, em documentos legais, a chamar de Temas Transversais. Marisa Costa (2003) faz uma crítica ao fato de temáticas interessantes para crianças e jovens serem nomeados e tratados como transversais. Segundo ela, a maioria dos currículos continua priorizando as matérias que têm o objetivo de preparar o sujeito para um mundo ocidental coerente. A esse respeito a referida autora afirma que há:

[...] nos parâmetros curriculares, hoje, uma evidência da necessidade de discutir outras questões na escola, temas novos, problemas novos. E como é que se resolveu? Já que não se pode romper com a ordem disciplinar, incluem-se temas transversais. Aquilo que deveria ser central é transversal. Aquilo que é problema da juventude hoje-sexualidade, drogas, comunicação, sobrevivência, como viver neste mundo complexo?- se resolve nos temas transversais (COSTA, 2003, p. 45).

Seguindo com Costa (2003) percebemos que a escola passou por algumas modificações ao longo do tempo, mas ainda continua rígida em relação às disciplinas que são intocáveis no currículo, como – por exemplo: a matemática, a biologia e a física. É preciso incluir novas temáticas para dar conta das dificuldades e das necessidades dos jovens e crianças que sentem a falta desse espaço para discussões a cerca das questões de gênero, sexualidade, drogas, preconceitos raciais e desigualdade de classes sociais. A escola vem discutindo esses problemas com a inserção dos temas transversais em algumas matérias, mas é preciso um objetivo mais claro para que essas questões não fiquem em segundo plano no planejamento das aulas. Na escola estão todos os sujeitos que vão formar a diversidade cultural que os educadores precisam atender de uma forma que não exclua ninguém do processo de formação de cidadãos. Dessa forma a escola poderia criar possibilidades de diminuir os preconceitos entre as diversidades que a compõe não só na comunidade escolar, mas na sociedade de um modo geral.

Ao direcionarmos o olhar para o sistema educacional é importante refletir sobre as desigualdades entre homens e mulheres que a escola reforça nas suas práticas através de regras, comportamentos e discursos que fazem parte do cotidiano escolar. A partir disso, Álvarez-Uría e Varela (2009) apontam alguns aspectos que devem ser considerados para construir uma educação mais justa: mulheres que tenham maior autonomia e participação nos espaços políticos, econômicos e no mercado de trabalho, assim como o direito de divórcio reconhecido e a liberdade para escolher seus parceiros. Buscando, assim, construir uma sociedade onde os padrões culturais sejam favoráveis aos direitos igualitários de homens e mulheres, diminuindo a superioridade masculina.

Segundo os mesmos autores, a escola compartilha com a família e com a igreja a função de tornar jovens e crianças capazes de assumirem um papel significativo na vida adulta e profissional. Não só ensinando conhecimentos científicos e técnicos, mas também conduzindo o comportamento e a moral dos sujeitos, buscando enquadrá-los num padrão de normalidade aceito na sociedade (ÁLVAREZ-URÍA; VARELA, 2009).

Levando em conta o que vem sendo exposto até aqui é que enfatizamos que se torna inadiável trazer para o campo da educação reflexões e questionamentos a cerca das questões que se articulam a corpo, satisfação, gênero e sexualidade. Essa tarefa, no entanto, não é fácil, pois trabalhar conceitos, noções, construções e desconstruções leva tempo e demanda um esforço conjunto, não basta constar em pareceres, em orientações e/ou em legislações, é preciso aproximar as escolas e todos/as os/as que dela participam às contribuições e às teorizações de pesquisadores/as para que, de fato, haja a aproximação e a interlocução entre documentos legais e as referidas instituições.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ-URÍA, Fernando; VARELA, Julia. **Sociología de las instituciones: bases sociales y culturales de la conducta**. Madrid: Morata, 2009.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília: DF, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica> Acesso em: 30 set. 2013.

COSTA, Marisa Vorraber. **A escola tem futuro?** A escola com que sonhamos é aquela que assegura a todos a formação cultural e científica para a vida pessoal, profissional e cidadã. Entrevista com José Carlos Libâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LOPES, Maura Corsini. Políticas de Inclusão e Governamentalidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 153-169, maio/ago. 2009.

LOURO, Guacira. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, dez. 2007.

MEYER, Dagmar. Gênero e Educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira; GOELNER, Silvana; FELIPE, Jane (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela. Corpo, gênero e sexualidade nas práticas escolares: um início de reflexão. In: ____ (Orgs.). **Corpo, Gênero e Sexualidade**. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2013